

**POBREZA, POLUIÇÃO E PRIORIDADES:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O MEIO AMBIENTE E
CIDADANIA**

DANIEL JOSEPH HOGAN

Departamento de Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

2a. edição

textos DIDÁTICOS
nº 3 - janeiro de 1994

FICHA TÉCNICA

Direção do IFCH:

Diretor: Prof. Dr. João Quartim de Moraes

Diretor Associado: Prof. Dr. Armando Boito Junior

Comissão de Publicações:

Profa. Argelina Maria C. Figueiredo - D.C.P, Profa. Bela Feldman Bianco - D.A,
Prof. Ítalo Arnaldo Tronca - D.H, Prof. José Carlos P. de Oliveira - D.F,
Prof. Márcio B. Naves - D.S

Setor de Publicações:

Mada Penteadó, Marilza A. Silva, Magali Mendes, Fátima L. Dias

Gráfica:

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marinês M. Rodrigues, Cleusa L. Schetini

Endereço para correspondência:

IFCH / UNICAMP

Caixa Postal 6110

CEP 13.081-970 - Campinas - SP

Tel: (0192) 39.8342

Fax: (0192) 39.3327

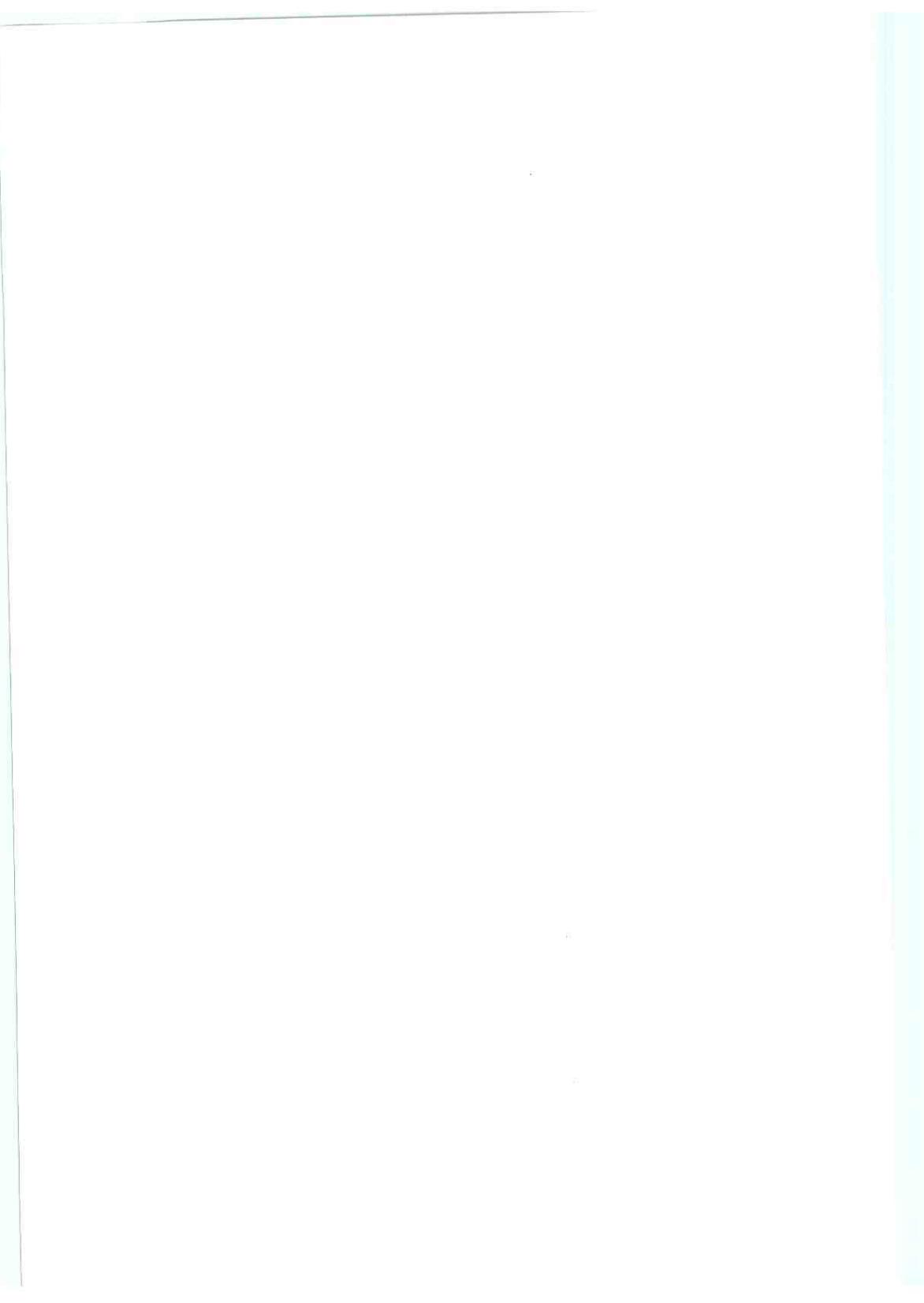
Telex: (019) 1150

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão

IFCH / UNICAMP

SUMÁRIO

Introdução	5
Poluição e Classe Social	6
Movimentos Ambientais e Cidadania	11



**POBREZA, POLUIÇÃO E PRIORIDADES:
CONSIDERAÇÕES SOBRE MEIO-AMBIENTE
E CIDADANIA**

Daniel Joseph Hogan
Departamento de Sociologia/IFCH

INTRODUÇÃO

Pretendo fazer duas coisas nestes comentários sobre aspectos sociais da questão ambiental: primeiro, caracterizar o problema socialmente, mostrando que a poluição atinge diferencialmente a população e delinear os eixos dessa diferenciação; e, segundo, discutir as formas da reação da sociedade ao problema. Como é que os estratos sociais têm reagido ao problema, quais são os fatores que permitem emergir essa reação e como é que esse "movimento" se situa no contexto político atual. Acredito que as perspectivas do "movimento ecológico" estão profundamente ligadas ao processo de democratização da sociedade. Por outro lado, as formas dessa democracia numa sociedade de massas vão surgir das experiências dos movimentos sociais, entre os quais o ecológico.

POLUIÇÃO E CLASSE SOCIAL

Há um certo mito de que os problemas ambientais estão acima dos interesses das classes sociais e dos conflitos gerados por esses interesses distintos. Aponta-se a poluição do ar, por exemplo, como afetando toda a população independentemente da situação social de cada um. Uma inversão térmica afeta os olhos e o sistema brônquio-pulmonar de todos. A poluição dos rios inutiliza-os como fonte de água potável e de lazer. A poluição do lençol freático acaba contaminando as hortaliças irrigadas com esta água. A diminuição da camada de ozônio na atmosfera aumentaria a carga de radiação sobre todos. Assim, a poluição não respeitaria as distinções sociais; seria uma praga realmente igualitária e democrática.

Mas as conseqüências para o ser humano da poluição ambiental não são distribuídas igualitariamente entre a população. Nem todos correm o mesmo risco de ver os filhos nascerem defeituosos, de sofrer problemas bronquiais ou de beber água contaminada. Então, o que determina quem vai arcar com os danos fisiológicos da poluição ambiental? Quais são os grupos, as categorias, as classes que são atingidas?

Se começarmos, empiricamente, a identificar os *locais* da poluição, podemos nomear alguns que são óbvios: as fábricas de algumas indústrias; os bairros onde estão localizadas essas fábricas; áreas

ribeirinhas que, com a poluição dos rios, sofrem o mau cheiro, a falta de água potável, a falta de peixe; no campo, onde há perigo de intoxicações por via respiratória e por contato direto com a pele e onde o lençol freático se torna contaminado; os córregos, valetas e canais que cruzam as grandes cidades e que são focos de ratos, insetos, água poluída, são até fonte de esquistossomose e, às vezes, servem para a criançada brincar; indústrias que empregam asbestos; olarias onde há alta quantidade de poeira no ar.

Não é difícil reconhecer que, nestas situações, são as classes desfavorecidas economicamente que estão expostas à poluição. *É a mesma estrutura de classes sociais que determina a distribuição da riqueza, das oportunidades de ascensão social, dos canais de acesso aos centros decisórios, que determina também a distribuição da poluição na sociedade.*

Até nos casos de efeitos aparentemente universais, cabe examinar mais de perto a cadeia de causa e efeito. As conseqüências da poluição do ar, de uma inversão térmica, por exemplo, no organismo humano, são moderadas pelo estado de saúde do indivíduo. Como se sabe, o estado de saúde da população de baixa renda é notoriamente mais precário que o das classes médias e altas. O nível de nutrição, as condições de trabalho e de habitação, o difícil acesso ao sistema médico-hospitalar - todos esses fatores contribuem a essa situação. A poluição é mais um fator nessa equação dolorosa, e vem contribuir com a sua parte para a deterioração do bem-estar do indivíduo. Um caso bem documentado é o da desidratação de crianças, em que as

conseqüências mais graves são sentidas por crianças pobres, já com organismos enfraquecidos, enquanto crianças da classe média, quando atingidas, conseguem reagir bem e rapidamente, ao tratamento médico.

A contaminação do lençol freático afeta não só as hortaliças dos pobres (muito raras, em todo caso), mas também a própria *água de torneira* que, nas periferias das grandes cidades, vem de poços rasos, pois a rede de água e esgotos ainda não chegou até lá. A demonstração dramática dessa situação é dada pela história das taxas de mortalidade infantil nas últimas duas décadas. Esta taxa é um indicador altamente sensível do nível de vida de uma população. Durante o milagre brasileiro (1968-73), enquanto as taxas de crescimento econômico chegaram a altíssimos níveis, a taxa de mortalidade infantil nas cidades brasileiras interrompeu o seu declínio, lento mas secular, e aumentou. Para os demógrafos, esse aumento foi um grande choque, contradizendo todas as teorias que relacionam a evolução das taxas demográficas com o desenvolvimento econômico.

Dentre todos os reparos que poderiam ter sido feitos, naquele período, a esse respeito, o Governo do Estado de São Paulo respondeu ao problema com a ampliação, em larga escala, da rede básica de água e esgotos na área metropolitana de São Paulo. E a diminuição das taxas de mortalidade infantil corresponde a essa extensão. Mas, a história completa e atualizada desse declínio teria que incluir a extensão dos postos de saúde, as campanhas de vacinação e outros fatores que, de lá para cá, também contribuíram. Entretanto, é incontestável que a eliminação de água contaminada dos lares dos pobres foi fator decisivo. O

fato de as taxas de mortalidade infantil diminuírem com a extensão da rede de água encanada, na ausência de melhorias na distribuição de renda (ler: no nível nutricional da população), mostra claramente a importância de controlar a poluição da água.

Quanto ao uso de rios e represas como áreas de lazer, é óbvio que a poluição tira essa possibilidade de toda a população independentemente de sua condição de classe. Mas, se examinarmos as alternativas disponíveis para diferentes segmentos da população, concluiremos que é a classe de renda menor que sofre mais. Os clubes sociais com piscinas e quadras de esporte, as chácaras e sítios fora da área metropolitana, os fins de semana na praia ou nas estâncias, são privilégios da classe média para cima. Aos pobres resta procurar rios e represas, mesmo poluídos. Que eu saiba, é raro até para os favelados que moram perto, aproveitar as águas do Tietê ou do Pinheiros, verdadeiros esgotos abertos. Mas os córregos da cidade e os rios do Interior (também poluídos) são regularmente aproveitados pela população de baixa renda. E, praia para pobre, é excursão às praias poluídas como aquelas de Santos e São Vicente.

Outro mecanismo pelo qual a estrutura de classes seleciona o alvo da poluição é a segregação residencial. Na COSIPA, em Cubatão, por exemplo, dos 14.000 empregados, só 1.200 residem na cidade. Os engenheiros, funcionários de escritório, e até operários qualificados, são buscados diariamente nas suas casas em São Paulo, Santos e São Vicente. Não é difícil imaginar de que estrato social são aqueles que completam as horas da jornada de trabalho com as horas de descanso e

Pobreza, Poluição e Prioridades

de lazer respirando o ar de Cubatão. É bom lembrar, também, que são nos períodos noturno e matinal que o ar é mais contaminado, pois o sol do dia, ao esquentar a superfície, dispersa a camada de poluentes.

MOVIMENTOS AMBIENTAIS E CIDADANIA

Quando observamos a reação da população a esse quadro, em particular a multiplicação dos movimentos locais que surgem em torno de agressões ambientais na comunidade, é preciso procurar uma perspectiva que saiba avaliar corretamente o seu significado. Dirigidos ao poder público, os movimentos são muitas vezes esporádicos, mas se inserem no rol de ações reivindicatórias hoje observadas na cidade e no campo. Frequentemente, tais movimentos populares são caracterizados como polarizadores políticos. Mas estes episódios não podem ser entendidos só como um entre choque entre povo e Estado, entre um movimento reivindicatório (com base num problema concreto) e um órgão burocrático que cedeu à pressão política. Declarações recentes de um diretor e de técnicos da CETESB ajudam penetrar na dinâmica dos eventos. De um lado, à CETESB é de fundamental importância essa mobilização, que serve de apoio à sua intervenção. A reivindicação dos cidadãos facilita sua tarefa fiscalizadora. Essa reflexão dos técnicos incumbidos de fazer cumprir a lei, nos alerta para a complexidade das relações entre o Estado e a Sociedade Civil numa sociedade de massas. A diferenciação técnica, profissional, científica e ideológica dos agentes do Estado é tal que não há uma equação simples entre as forças hegemônicas na sociedade, o Estado e a concreta intervenção deste no cotidiano dos cidadãos. A diferença quantitativa que

caracteriza a evolução do Estado moderno, em termos das áreas e do número de funcionários e repartições, leva também a uma diferença qualitativa. A formação dos imensos quadros técnicos, que executam as diretrizes estabelecidas, não dependem totalmente da orientação dos detentores do poder dentro do Estado. Requereria um Estado totalitário, um autoritarismo muito maior do que o Brasil conheceu, para garantir uma unanimidade de objetivos, valores e ideologias entre os executivos e os executantes do Estado. Assim, os quadros técnicos são povoados por agentes oriundos de matizes ideológicos diversos. Os técnicos da SEMA, da CETESB, das Secretarias de Saúde, de Habitação, etc., freqüentemente se identificam mais com os interesses da população a ser atendida do que com o Estado patrão. O fato, por exemplo, de que a questão ecológica no Estado de São Paulo esteja localizada na Secretaria de Obras e Meio Ambiente (assim subordinada aos interesses econômicos), só parcialmente determina as intervenções da CETESB na vida dos paulistas. Muitos técnicos são politizados no cotidiano das frustrações advindas das tentativas de cumprir a sua função profissional. Em muitos casos, essa atitude já vem do período de formação, e a opção para uma carreira num órgão público reflete uma orientação nesse sentido. Por essas razões e outras, se constituem, dentro do Estado, quadros técnicos e profissionais que se vêem como, e agem como, mediadores entre o Estado e a população. Traduzem a vontade da população em diretrizes de intervenção dos seus órgãos respectivos.

O fato de esses órgãos contarem com sociólogos nas suas equipes que se especializam nessa função, só confirma a sensibilidade e consciência política de engenheiros que querem responder às exigências detectadas da população. Evidentemente, nada disso garante que os órgãos públicos efetiva e prioritariamente atendem aos interesses da população em geral e não aos interesses de grupos políticos e economicamente dominantes. Mas sugere que não há uma linha reta entre esses interesses hegemônicos e a atuação cotidiana desses órgãos. Essa reflexão nos remete ao debate da natureza da democracia numa sociedade assim caracterizada. Quando as medições entre o cotidiano e a estrutura formal do Estado (Executivo, Parlamento) são tantas e tão diferenciadas, não bastam eleições diretas para Presidente, Governador, Prefeito e Legislativo para garantir a participação da população nas decisões que afetam as suas vidas. A mediação entre a população e Estado que tradicionalmente (nas sociedades democráticas ocidentais) tem sido feita pelo Parlamento, tem que transformar-se, e está se transformando, num processo descentralizado, não formalizado, não universalmente reconhecido, mas absolutamente necessário.

A concepção clássica e tradicional da representação política está, no meu entender, superada pelos fatos. O que verificamos nos órgãos ambientais, vemos também com os médicos sanitaristas nas Secretarias de Saúde, com os assistentes sociais nas Secretarias de Promoção Social, com os arquitetos e sociólogos nas Secretarias de Habitação, com os agrônomos nas Secretarias de Agricultura, etc. O

que estamos assistindo, acredito, é a evolução de instâncias e de mecanismos através dos quais a democracia encorporificar-se-á no século XXI. Os engenheiros e seus colegas em outros órgãos preenchem, hoje, um vácuo político-social criado pela rápida evolução do Estado moderno e por duas décadas de autoritarismo que impediram o desenvolvimento de formas de participação democrática que melhor respondessem às condições sócio-políticas dos nossos dias. Tudo isso em relação aos órgãos do Estado. Mas a diferenciação da representação política inclui também os sindicatos, as Comunidades Eclesiais de Base, Sociedades Amigos de Bairro, as Associações Profissionais, as associações cujo eixo de aglomeração são a etnia, a condição sexual, etc. Essa situação toda representa a grande complexidade da sociedade contemporânea e a necessidade de multiplicar as instâncias de representação política. Isto é, essencial se mantivermos um dos princípios fundamentais da democracia, que é a participação do indivíduo naquelas decisões que afetam os seus interesses. Como essas decisões fogem cada vez mais do âmbito individual, é preciso criar mecanismos que garantam um canal de acesso a essa participação. Os movimentos sociais, incluindo os seus aliados dentro do Estado, estão desbravando esse novo território de participação. Os caminhos são múltiplos, e um traçado mais elaborado e definitivo será necessariamente fruto de muito ensaio e erro.

Digo tudo isto, porque me parece importante encarar a questão da poluição, com seus protagonistas na sociedade civil e no interior do Estado, como parte dos processos sociais e políticos mais amplos.

Esses movimentos, que têm como alvos os órgãos governamentais, encontrando aí aliados mais ou menos assumidos, e têm como elo de mediação com o Estado profissionais ou técnicos da classe média, são, no fundo, movimentos populares. A sua importância extrapola o problema concreto, objeto de mobilização: é uma afirmação de cidadania, é a própria *constituição* da cidadania que estamos presenciando. Atesta-se isso em pesquisa desenvolvida em Cubatão, em nossa entrevista com os representantes da ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DA POLUIÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE VIDA na ênfase dada, por eles, à criação e registro da Associação. "Nós somos lixo, que mora aqui", declaram. "Quem ganha bem nas fábricas mora fora, o povo do lugar não conta". "A Associação foi feita para mostrar que somos gente". "Cubatão, como Área de Segurança Nacional, tinha Prefeito nomeado". "O povo não é competente". "Todos aqueles que têm cargo têm medo de falar; por isso a Associação foi feita por 'descompromissados'". "O objetivo da Associação é conscientizar o povo, mostrar que tem direitos, que 'nada se conquista sem luta'".

Essas frases coletadas em Cubatão sugerem que a preocupação com a poluição e a mobilização conseqüente, não é separável da questão da democracia, da formação de canais e de mecanismos pelos quais a população possa participar das questões que a afetam.

É importante observar que são nos movimentos novos, sobre temas ainda não rotulados, categorizados, quantificados, encampados e cooptados, que se vê a construção da cidadania. Essas formas, primeiro espontâneas, depois organizadas horizontalmente, com um

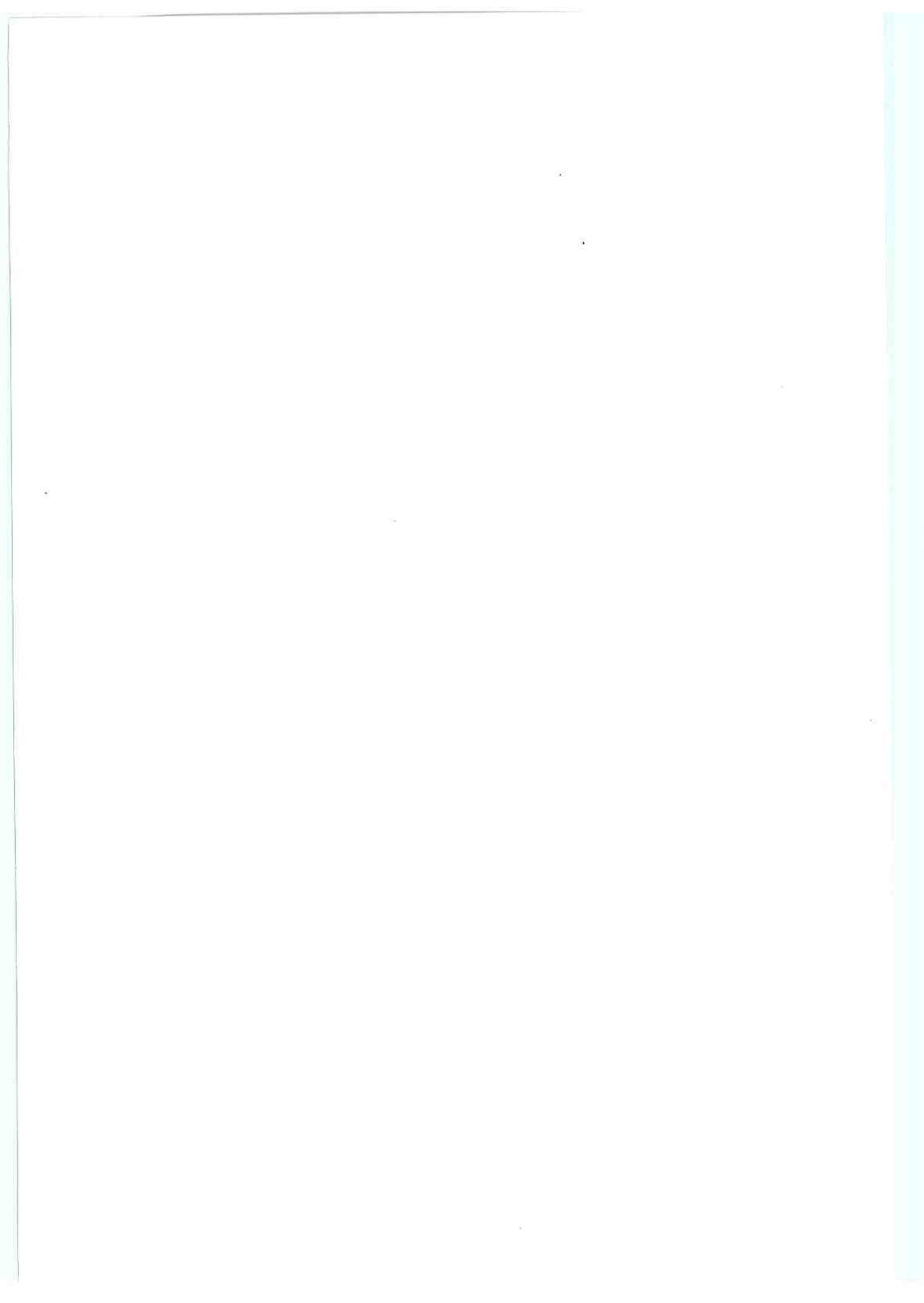
alto grau de participação, são as mais claras manifestações da tomada de consciência do cidadão. Quando ainda não se tornou objeto de grupos de interesse, de partidos políticos, de associações profissionais, a "causa ecológica" representa, como o fenômeno dos "fiscais do Presidente", a transformação do "natural do Brasil" em "cidadão brasileiro".

Não que esta questão não deva ser objeto de análise e pressões de grupos organizados dos mais variados tipos. A questão ambiental só pode ser devidamente encarada quando isto acontece. Nem é o caso de desqualificar as ações destes grupos e partidos como formas de exercer a cidadania. Ao contrário. Numa sociedade complexa como a brasileira neste fim de século XX, a cidadania não se dá como uma relação direta entre o indivíduo e o Estado. As formas coletivas de reivindicação, de canalização de informações, são fundamentais. Tanto são fundamentais, que a esperada democratização da sociedade passa por essas instâncias.

O que é importante não perder de vista é o significado social e político deste despertar de consciência, dessa construção de cidadania que a reivindicação, a luta e o movimento representam. Num país com uma forte tradição corporativista, de delegação do poder de representar e deliberar, as afirmações desta vontade de participar precisam ser reconhecidas e preservadas. Ao reconhecer a importância do meio ambiente, incorporando estas preocupações na agenda do desenvolvimento nacional, precisamos preservar o espaço desta participação comunitária. Não é simplesmente o primeiro passo de uma

mobilização maior a ser descartado quando o movimento atingir um nível maior de organização. Esta tem sido a história dos movimentos sociais de todo tipo. O que diferencia muitos movimentos da década de setenta até hoje, incluindo aqui o movimento ecológico, é a insistência na organização horizontal, na participação como um fim em si. Prefigura, assim, um novo conceito de cidadania, que privilegia o cidadão como sujeito da história.

Essas considerações, quanto às conseqüências socialmente diferenciadas da poluição, e quanto às estratégias de reação, também socialmente diferenciadas, constituem o início de uma reflexão social sobre poluição. É preciso partir para os estudos e para a árdua tarefa de elaboração política e teórica para podermos superar o nível descritivo e de exemplos que esses comentários representam. Mas, se tais comentários encorajarem os sociólogos a levar a sério a questão ambiental e os cientistas e técnicos de outras disciplinas a refletirem sobre aspectos sociais do seu trabalho, terão cumprido sua função.



NOME: _____

NAME: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO
DA REMESSA.

Non-acknowledgment of receipt will indicate that
further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13.081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (0192) 39.8342

Telex (019) 1150 - Telefax (0192) 39.3327

Correio eletrônico: pubifch@ccvax.unicamp.ansp.br